

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Eliana Miranda Paschoaliniⁱ

Vinícius Manoel Silva Magalhãesⁱⁱ

Ariana Dias Silva Ferreira Leiteⁱⁱⁱ

Oscar Quilodrán Alarcón^{iv}

RESUMO

Pelas conjunturas favoráveis do mercado internacional, está em curso uma grande expansão da cultura da cana-de-açúcar objetivando a exportação de etanol. O fenômeno se desenvolve principalmente no norte do Estado de São Paulo e nas regiões dos estados vizinhos, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

A exportação do álcool etílico combustível está sujeita ao cumprimento de exigências colocadas pelos clientes potenciais aos produtores, na forma de certificações que assegurem que as atividades relativas ao cultivo e a industrialização da cana-de-açúcar se ampliem dentro dos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Neste trabalho, e como forma de avaliar a aproximação do setor sucroalcooleiro aos princípios do desenvolvimento sustentável, apresenta-se um estudo sobre a situação do cultivo da cana de açúcar e do grau de comprometimento com a responsabilidade social corporativa demonstrado pelas empresas do setor, localizadas nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. Simultaneamente objetiva-se avaliar a eficiência da estratégia empregada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (iBase) para a disseminação e implementação dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor sucroalcooleiro.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa, Sucroalcooleiro, São Paulo, Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

A atual conjuntura mundial se caracteriza pelo interesse na redução das emissões atmosféricas que contribuem para a diminuição da camada de ozônio, o alto nível de poluição nas grandes cidades e o aumento do aquecimento global. Tais emissões encontram suas fontes

ⁱ Tecnóloga ambiental, especialista em Avaliação Ambiental, elianamirandapaschoalini@yahoo.com.br

ⁱⁱ Biólogo, especialista em Avaliação Ambiental, iniciusvi@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Geógrafa, especialista em Ciências Ambientais e Avaliação Ambiental, ariana.ds@uol.com.br

^{iv} Pesquisador Colaborador do Instituto de Economia – UNICAMP; bolsista de pós-doutorado FAPESP, www.oquilodran@yahoo.com

principais na queima de combustível fóssil. Nesse contexto, ocorre à expansão da produção de etanol, tendo em vista sua utilização como combustível automotor, seja misturado à gasolina ou em seu estado puro.

Desde 1975, com a criação do Programa Nacional do Álcool – Proálcool – por meio da Lei 76.593, o Brasil produz álcool anidro a partir da cana-de-açúcar. O combustível é misturado à gasolina nos motores de carros de ciclo Otto, na proporção de até 24%. Na segunda fase do programa, que teve início em 1979, conforme a Lei 83.700, foi iniciada a produção de álcool hidratado para ser usado em motores de ciclo Otto, modificados para funcionar com 100% de etanol.

O Proálcool significou uma grande oportunidade para o setor sucroalcooleiro, que experimentou um grande desenvolvimento econômico e ganho de tecnologia. Ao fim da década de 80, o Governo Federal restringiu os subsídios ao programa, desencadeando uma crise que provocou uma redução na produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, no abastecimento de álcool, afetando a credibilidade do Programa. O efeito atingiu o mercado consumidor, que deixou de comprar veículos movidos ao combustível, ocorrendo à queda nas vendas de automóveis movidos a álcool (ANP, 2007)¹.

A pressão dos elevados preços do barril de petróleo e da comunidade internacional para atender às prerrogativas do Protocolo de Kyoto (o qual prevê a redução pelas nações desenvolvidas em 5% das suas emissões de dióxido de carbono até 2012), contribuíram para a retomada de ações voltadas à diminuição das emissões de gases oriundos da queima de combustíveis fósseis. Intensificaram-se os esforços para substituir, total ou parcialmente, a gasolina pelo álcool, uma fonte renovável e menos poluente pelo não uso de aditivos e pela menor emissão de gases causadores do efeito estufa.

A partir do ano 2001, ocorre uma retomada na produção do álcool combustível com o objetivo de oferecê-lo em grande escala. Esse movimento não foi comandado pelo Governo, como o Proálcool, mas pelo mercado que, em função da maior severidade das normas de emissões, e a existência de um potencial de negócios, adotou novas tecnologias de motores bicom bustíveis, ou *flex fuel*, que podem ser reabastecidos com álcool ou gasolina, ou ainda os dois juntos em qualquer proporção. Em fevereiro de 2007, 76% do total de automóveis e veículos comerciais leves produzidos no Brasil possuíam essas tecnologias (ERENO, 2007).

O uso da cana-de-açúcar como fonte de energia faz com que o Brasil seja responsável por um dos mais importantes programas de energia renovável do mundo, com mais de seis milhões de hectares de cana-de-açúcar, que geram 17,7 bilhões de litros de etanol, cerca de 35% do total mundial. A perspectiva dos produtores é de ampliar a área plantada em mais de

um milhão de hectares, elevando a oferta de combustível para 27,8 bilhões de litros até 2010. Essa estratégia visa, também, atender um crescimento nas exportações que em 2006 somaram 3,5 bilhões de litros (IZIQUE, 2007).

A participação do etanol na matriz energética dos países desenvolvidos irá requerer esforço para assegurar a coerência econômica, social e ambiental na produção e industrialização da cana-de-açúcar, haja vista as exigências em prol da sustentabilidade feitas pelos potenciais clientes, representadas pela individualização de temas principais, tais como: emissões de gases de efeito estufa, concorrência com a produção de alimentos, biodiversidade, meio ambiente, prosperidade e bem estar social, para os quais ainda não há acordo no desenho dos seus respectivos indicadores de desempenho (CRAMER, 2007).

Responsabilidade Social Corporativa

Num processo de adequação às exigências do mercado, as empresas do setor sucroalcooleiro aprimoram suas formas de gerenciamento para atender às leis nacionais e a requisitos internacionais na exportação do etanol, iniciando uma aproximação aos conceitos da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) por meio de contatos institucionais entre a União da Indústria de Cana-de-açúcar - UNICA, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, e a publicação dos relatórios de Balanço Social – iBase.

A RSC está associada à noção de sustentabilidade, que visa conciliar as esferas econômica, ambiental e social na geração de um cenário compatível com a continuidade e a expansão das atividades empresariais, no presente e no futuro (COSTA, 2000). O conceito da RSC, segundo o Instituto Ethos (ETHOS, 2003), está relacionado com a ética e a transparência na gestão dos negócios e deve refletir-se nas decisões cotidianas que podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro da própria empresa.

Um das mais importantes ferramentas de comunicação entre empresa e partes interessadas são relatórios de sustentabilidade ou de balanço social, nos quais se divulgam seus princípios éticos e sua materialização nas ações junto às partes interessadas, evidenciando a preocupação pelas principais dimensões da sustentabilidade. Balanço Social (BS) é a publicação organizada de informações e indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com quem interagem, direta e indiretamente.

A organização pioneira na introdução dos conceitos da responsabilidade social corporativa no Brasil foi o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – iBase. Em

1997, com o intuito de gerar e divulgar informações acerca da responsabilidade social entre as empresas brasileiras, surgiu a proposta do modelo iBase de balanço social. Esse modelo de relatório é inspirado em balanços financeiros das empresas e apresenta as informações através de indicadores de sustentabilidade, que reúnem dados numéricos em sua maioria. Os itens dessa verificação são vários: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando à erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho. (iBASE, 2007)

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o iBase lançou o Selo Balanço Social iBase conferido anualmente às empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido, dentro da metodologia e dos critérios propostos. As candidatas à obtenção do Selo, passam por um processo de auditoria pública (item incluído a partir de 2005), e devem preencher os itens: publicar em jornal de grande circulação, distribuir o relatório a todos os funcionários de forma individualizada e nominal juntamente com uma carta do presidente da empresa, enviar aos sindicatos e representantes das categorias de profissionais, atenderem às legislações trabalhistas e demonstrar a melhoria de forma contínua. A publicação do BS pelo iBase é restrita às empresas que não possuam denúncias de trabalho infantil, forçado ou escravo.

O iBase é a organização que dispõe de um maior número de empresas associadas no Brasil, bem como provê as informações acumuladas sobre o assunto de forma acessível ao público. Essas características foram suficientes para que seus arquivos fossem escolhidos, neste trabalho, para a consulta do histórico, tendo em vista a análise do desenvolvimento do interesse das empresas sucroalcooleiras pela responsabilidade social.

Metodologia

Inicialmente, buscou-se caracterizar a importância do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, contabilizando-se o número de grupos, empresas e unidades industriais, e identificando os aspectos sócio-ambientais do uso do solo e da produção de açúcar e álcool. Para tal, utilizaram-se os bancos de dados disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), pelo projeto CANASAT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídrico do Estado de São Paulo – SIGRH, e pela instituição setorial União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA.

Avaliou-se o grau de comprometimento com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) dos grupos e empresas do setor sucroalcooleiro utilizando-se os Balanços Sociais disponibilizados no sítio eletrônico institucional do iBase, entre os anos de 2001 e 2005, e dados divulgados pelos próprios grupos e empresas nos seus respectivos sítios eletrônicos.

A verificação dos sítios eletrônicos dos grupos e empresas objetivou investigar a coerência das informações neles contidas e as dos respectivos relatórios de Balanço Social. E ainda detectar a diferença na postura, estrutura e conteúdo existentes entre empresas, com relação à preocupação manifesta pela responsabilidade social.

Os dados dos relatórios iBase e os coletados nos sítios eletrônicos institucionais, classificam-se de forma a poder avaliar quantitativamente o envolvimento das empresas com os aspectos: ético, participativo e de transparência corporativa elementos considerados essenciais para a implantação efetiva da RSC. A verificação do cumprimento da legislação vigente, outro elemento de importância, é associado à obtenção do Selo iBase.

As bacias hidrográficas do Estado de São Paulo foram instituídas como Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – UGRHI's pela Lei Nº 9.034 de 1994, e são unidades territoriais básicas de planejamento e gerenciamento, e estão submetidas à política Estadual de Recursos Hídricos. Utilizou-se o conceito de bacia hidrográfica como base espacial e territorial para a análise.

Resultados e Discussão

Caracterização da Área de Estudo

Sob o ponto de vista da cultura de cana-de-açúcar e da produção de açúcar e álcool, as bacias hidrográficas da região norte do Estado de São Paulo podem ser diferenciadas em dois grupos.

Do primeiro grupo fazem parte aquelas onde o cultivo da cana-de-açúcar para fins industriais ocorre desde a década de 1970, quando se inicia o Proálcool, são as regiões onde as áreas de cultivo estão praticamente estabilizadas. Foram consideradas neste grupo as bacias dos rios: Pardo, Mogi-Guaçu, Piracicaba/Capivari/Jundiaí e Tietê/Jacaré.

O segundo grupo é composto pelas áreas onde o plantio da cana-de-açúcar está em crescimento ou em consolidação. Neste grupo consideraram-se as bacias dos rios: Turvo Grande, Tietê/Batalha, Baixo Tietê, Aguapeí, São José dos Dourados, Baixo Pardo/Grande e Sapucaí-Mirim/Grande.

Essas bacias estaduais são identificadas mediante a definição UGRHI e o número correspondente na Tabela 1, e localizadas sobre o mapa do estado de São Paulo na Figura 1.

Figura 1: Localização das Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (UGRHI)

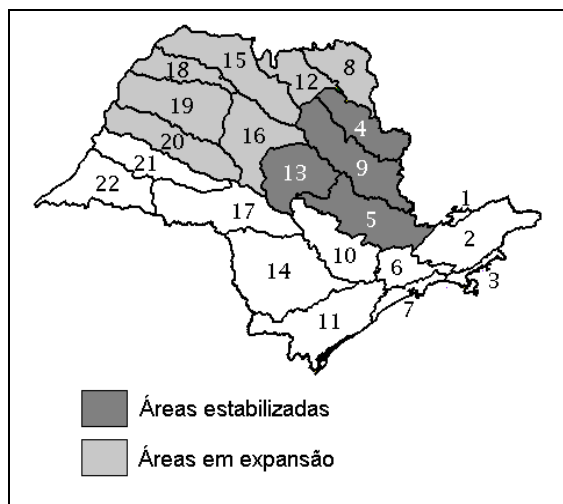


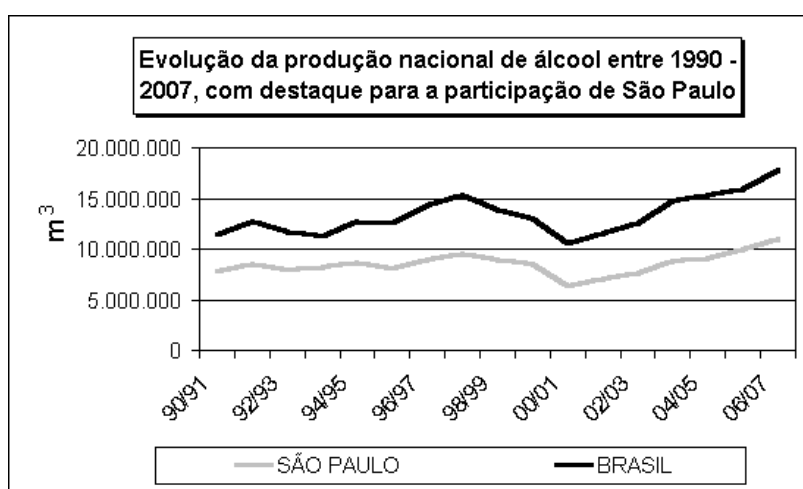
Tabela 1: UGRHI do norte do Estado de São Paulo

UGRHI	BACIAS
4	Pardo
5	Piracicaba/Capivari/Jundiaí
8	Sapucaí-Mirim/Grande
9	Mogi-Guaçu
12	Baixo Pardo/Grande
13	Tietê/Jacaré
15	Turvo Grande
16	Tietê/Batalha
18	São José dos Dourados
19	Baixo Tietê
20	Aguapeí

Produção de Cana-de-Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo

Segundo dados da UNICA (2007), o Estado de São Paulo é o maior produtor de álcool do país (anidro e hidratado), sendo responsável, na safra de 2006/2007, por 62% da produção nacional. O gráfico 1 mostra a evolução da produção de álcool no Brasil destacando a posição de São Paulo como determinante da produção nacional. O setor passou por um período de crise quando a produção foi reduzida em 47% entre 1998 a 2001. Após esse período, e ao longo dos últimos seis anos (2001 – 2007), houve uma expressiva recuperação do setor, que apresentou um aumento na produção do combustível de 54%.

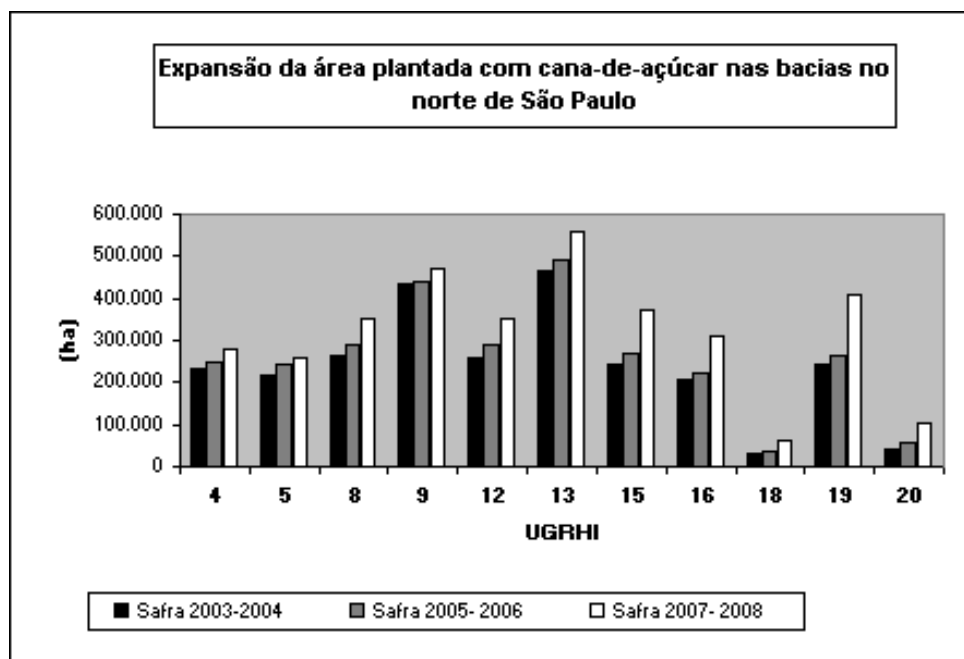
Gráfico 1: Evolução da produção de álcool nacional e de São Paulo



Fonte: UNICA, 2007.

Essa tendência parece determinar o crescimento da produção e conseqüentemente da área plantada com cana-de-açúcar, que hoje representa 17% do uso do solo no estado, equivalendo a 4.224.571 hectares na safra 2007/2008 (CANASAT, 2007). O Gráfico 2 demonstra a evolução da área de cultivo da cana-de-açúcar no norte do Estado de São Paulo nas safras de 2003/2004, 2005/2006 e 2007/2008.

Gráfico 2: Área de cultivo de cana-de-açúcar nas UGRHI'S

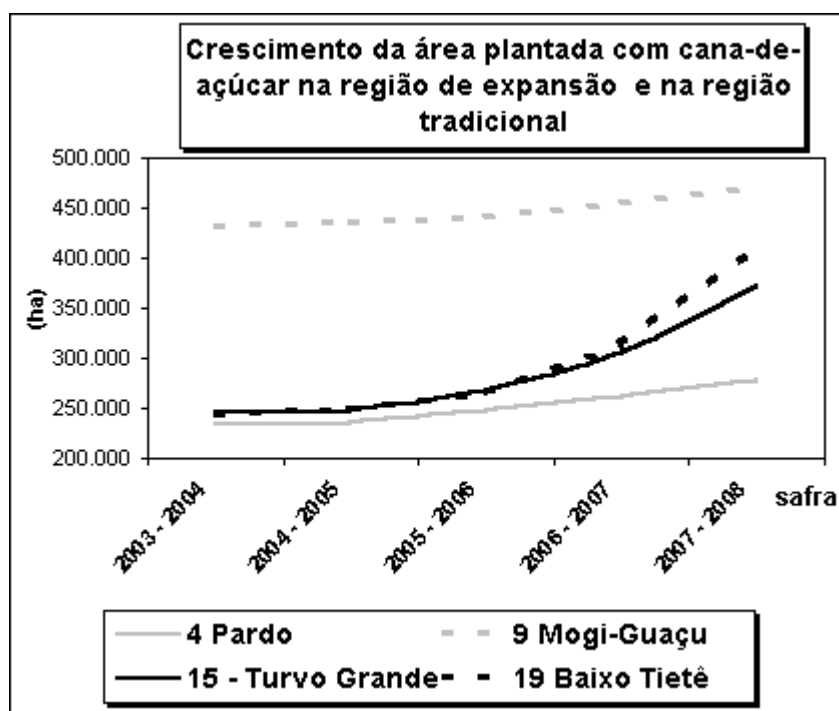


Os valores indicam, para todas as UGRHI's, um aumento da área de cultivo ao longo do período, principalmente nas UGRHI's 8, 13, 15, 16, 19 e 20 durante a última safra. As áreas das bacias com o cultivo consolidado (região estabilizada) apresentaram um crescimento mais discreto (UGRHI's 4, 5, 9), com exceção da UGRHI 13. O aumento da área ocupada por cana-de-açúcar no conjunto das bacias que constituem a área consolidada e a área em expansão foi de 14% e 57% respectivamente, sendo que o aumento da área na última safra (2007 – 2008) correspondeu a um aumento de 24% na área em expansão.

No Gráfico 3, apresentam-se as curvas de crescimento da área plantada em duas bacias da área consolidada e em duas da área em expansão. As linhas em cinza, correspondentes às bacias dos rios Pardo e Mogi-Guaçu (região estabilizada), são praticamente horizontais o que representa um crescimento mínimo para o período de 2003 a 2007. A área da bacia do rio Mogi-Guaçu é aproximadamente o dobro da bacia do rio Pardo (15220 Km² e 8800 Km² respectivamente), e os valores da área plantada conservam aproximadamente a mesma relação.

As linhas pretas (Gráfico 3), correspondem às áreas plantadas nas bacias dos rios Turvo Grande e Baixo Tietê, cujas áreas territoriais são semelhantes à da bacia do rio Mogi-Guaçu (16040 Km² e 15790 Km² respectivamente). As curvas apresentam um comportamento ascendente que vai, no início do período de análise (2003), de um valor correspondente à metade, e progridem para um valor próximo da existente na bacia do Mogi-Guaçu.

Gráfico 3: Crescimento da área de cultivo da cana-de-açúcar nas regiões de expansão e estabilizada



Embora em números absolutos o cultivo seja maior nas áreas estabilizadas, a expansão do plantio tem ocorrido rapidamente para outras bacias. A tabela 2 apresenta os números relativos dessa ocupação, mostrando a porcentagem das áreas das bacias cobertas por cana na safra 2007-2008, e o quanto resta para outros usos ou mesmo para a eventual expansão do cultivo. Em duas bacias, a área de cana-de-açúcar já compromete quase 50% da área total, sendo que em outras quatro a ocupação é de mais de um quarto das áreas das bacias.

Tabela 2: Números relativos do uso do solo por plantio de cana-de-açúcar

Porcentagem da área das UGRHI ocupada por cana-de-açúcar											
UGRHI	12	13	8	4	9	19	16	15	5	18	20
Ocupação	48%	47%	39%	31%	31%	26%	24%	23%	20%	10%	8%

Hoje operam no país 398 usinas de álcool e açúcar, desse total 216 (54%) se encontram em São Paulo. O norte do estado concentra 170 unidades industriais que se distribuem pelas regiões: centro-norte, norte, nordeste e noroeste do estado. Essa atividade econômica está presente na região desde meados do século XX. Com o Proálcool, em 1970, o número dessas unidades cresceu de forma significativa, principalmente na região tradicional

(centro-norte), que já possuía uma infra-estrutura para o aumento do plantio e expansão industrial. Foram criadas várias destilarias anexas às já existentes usinas de açúcar e, concomitantemente, destilarias autônomas de álcool começaram a se expandir pelo estado, saindo das áreas tradicionais em direção ao norte e oeste.

Tabela 3: Unidades industriais produtoras de álcool e açúcar no período de 1970 a 2007

	UGRHI	UNIDADES INDUSTRIAIS			
		1970	1992	2000	2007
Área de expansão do cultivo da cana-de-açúcar	18 São José dos Dourados	0	2	2	7
	20 Aguapeí	0	4	7	8
	12 Baixo Pardo/Grande	1	3	4	6
	19 Baixo Tietê	1	11	9	27
	08 Sapucaí-Mirim/Grande	1	6	8	8
	16 Tietê/Batalha	3	5	5	11
	15 Turvo Grande	4	12	11	20
Área de cultivo de cana-de-açúcar estabilizada	04 Pardo	7	8	11	10
	13 Tietê/Jacaré	16	16	14	21
	05 Piracicaba/Capivari/Jundiaí	24	12	11	15
	09 Mogi-Guaçu	24	30	25	37
Total		81	109	107	170

Fonte: ANP, 2007² e MAPA, 2007.

A tabela 3 descreve a evolução das unidades produtoras de álcool e açúcar no norte de São Paulo, enquanto que no Gráfico 4 visualiza-se a variação do número das unidades industriais ao longo das últimas décadas, que na área estabilizada mostra uma perda de unidades entre os anos 1970 e 2000 e um aumento entre os anos 2001 e 2007. Contrariamente na área de expansão, o número é crescente durante todo o período.

Gráfico 4: Evolução do número das unidades industriais nas áreas estabilizada e em expansão entre 1970 – 2007

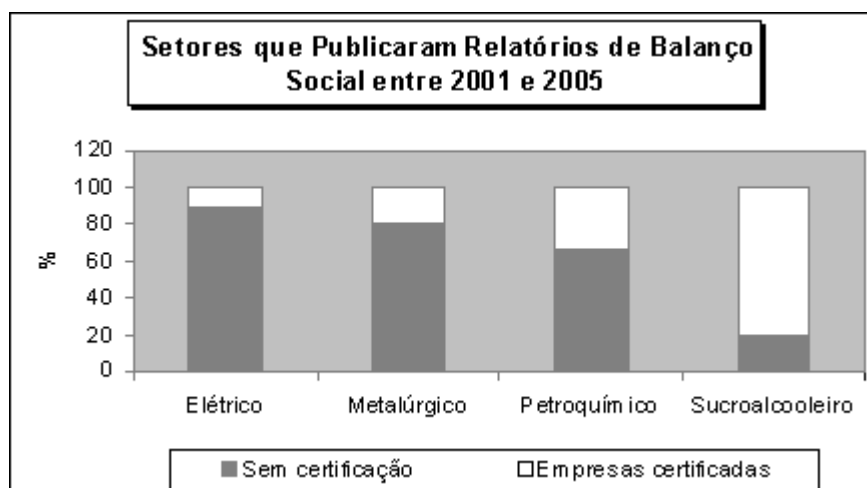


Caracterização da Responsabilidade Social Corporativa do Setor Sucroalcooleiro

Resultados da Análise dos Relatórios de Balanço Social – iBase

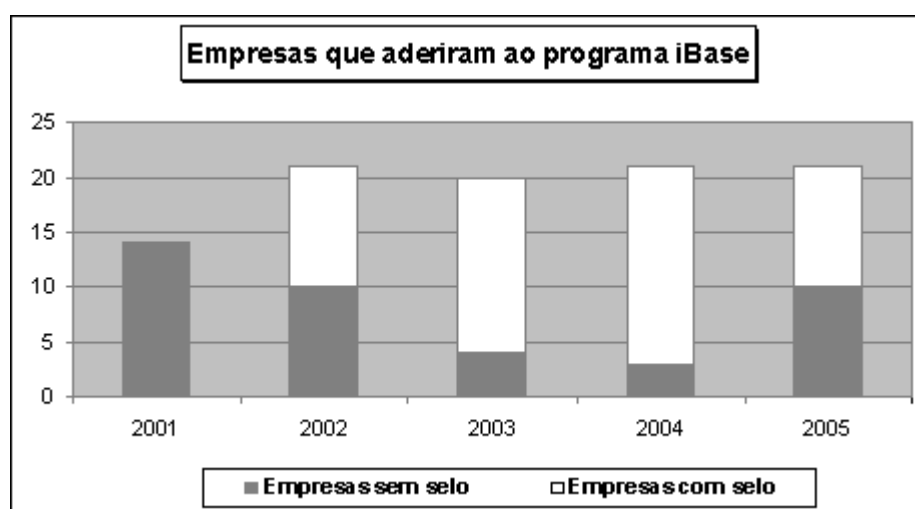
As publicações dos Balanços Sociais e dos Selos outorgados e disponíveis no sítio eletrônico do iBase entre 2001 e 2005, possibilitam uma comparação quantitativa entre as empresas sucroalcooleiras e as de outros segmentos. No Gráfico 5, estão os resultados obtidos em âmbito nacional. As empresas pertencentes à categoria “certificada” são aquelas que obtiveram o selo iBase ao menos uma vez no período. As restantes são as que publicaram seus relatórios sem se certificarem. O resultado foi expressivo para o setor sucroalcooleiro onde 81% das empresas que publicaram seus relatórios de BS obtiveram o selo que ratifica as informações divulgadas.

Gráfico 5: Comparativo quanto à certificação no país entre os principais setores que publicaram o Balanço Social – iBase



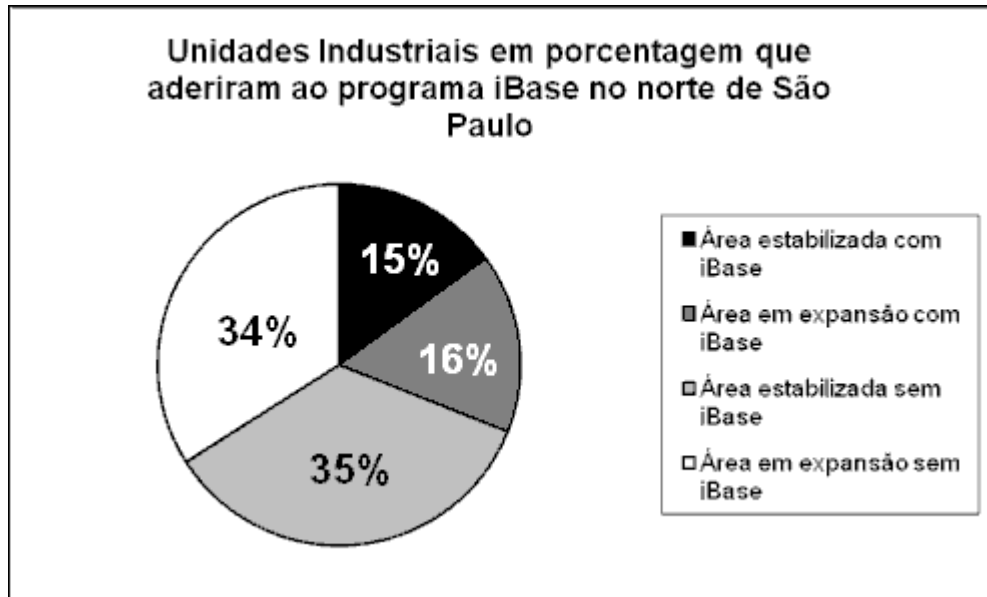
Considerando-se apenas as empresas do setor sucroalcooleiro que atuam no Estado de São Paulo, 26 das 137 aderiram ao programa iBase (Relatórios de Balanço Social e Selo iBase). A observação do Gráfico 6 evidencia que no ano 2001 não houve concessões do selo, no ano seguinte, 52% das empresas que apresentaram balanços obtiveram o selo iBase. A obtenção do selo foi progressiva até 2004 quando 86% atenderam aos critérios (vide página 4). Para o ano de 2005 o número de concessões do selo regrediu, voltando ao patamar de 2002 com 52%, embora o número de empresas que publicaram seus relatórios tenha se mantido constante. Esta queda parece estar relacionada com a entrada de um novo critério: consulta pública. De acordo com esse item, o nome da empresa deverá ser publicado no sítio eletrônico do iBase durante 60 dias para ser submetido a críticas e reclamações. Para cada comentário gerado, a empresa é obrigada a divulgá-lo entre seus funcionários, bem como expô-lo em seu sítio eletrônico institucional. As reclamações recebidas são analisadas, pelo iBase, quanto à veracidade e se for o caso é negado o consentimento do selo.

Gráfico 6: Adesão das empresas sucroalcooleiras ao programa iBase.



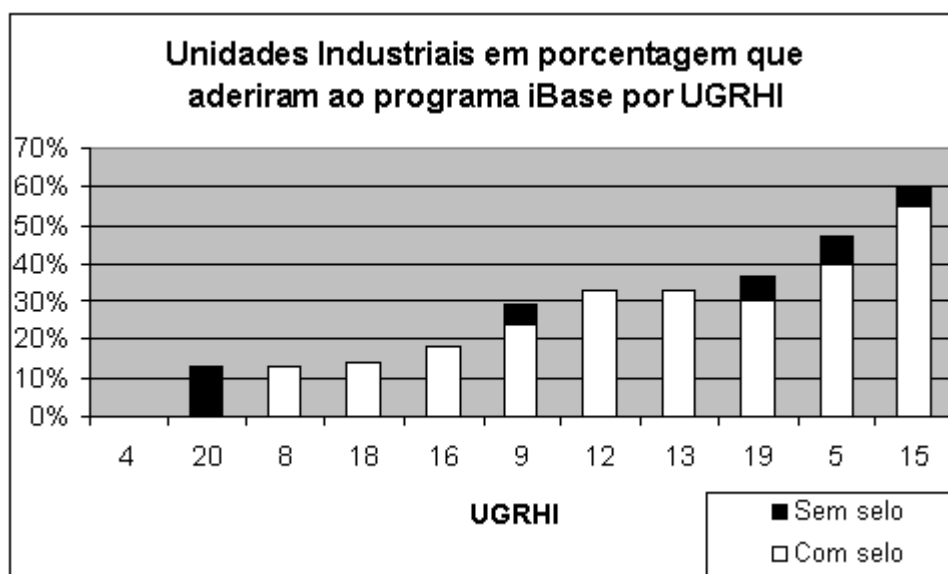
Dentre as empresas do setor sucroalcooleiro de São Paulo que aderiram ao iBase (26 empresas), 22 atuam nas bacias localizadas na região norte, operando 52 unidades industriais, que representam um terço do total. Dessa fração, 48% pertencem às bacias de cultivo estabilizado e as restantes às áreas em expansão (Gráfico 7) demonstrando um equilíbrio entre os grupos de ambas as áreas na aderência à proposta do iBase.

Gráfico 7: Adesão das unidades industriais ao programa iBase



Embora os dados agregados demonstrem uma equidade entre os dois grupos de bacias, o Gráfico 8 apresenta resultados que relacionam os números do iBase com o total de unidades industriais que atuam que cada UGRHI, o que permite observar que as que atuam na área em expansão (UGRHI's 8, 12, 15, 16, 18,19 e 20) tiveram maior interesse em aderir ao iBase, enquanto que no outro grupo as unidades industriais atuantes nas UGRHI's 5 e 13 tiveram uma participação mais significativa e as da UGRHI 4 não demonstraram interesse.

Gráfico 8: Percentual das unidades industriais de cada UGRHI que aderiu ao iBase



Resultados da Pesquisa em Sítios Eletrônicos Institucionais

A pesquisa nos sítios eletrônicos foi utilizada como forma de verificação do comportamento das empresas com relação aos conceitos de RSC, que se traduzem na forma de ações e atitudes perante a comunidade e o público interessado nas atividades corporativas. Adotaram-se os seguintes critérios de verificação dos dados: manutenção de sítio eletrônico próprio, e a disponibilidade de informações a respeito de temas relacionados à Responsabilidade Social Corporativa.

Primeiramente as informações encontradas nos sites foram utilizadas para conferir a coerência das informações prestadas pelas 22 empresas que atuam nas bacias em estudo, e que publicaram seus relatórios de BS – iBase. O resultado mostrou que, em 73% dos sítios institucionais foi possível identificar informações a respeito da RSC e ações de aproximação a este conceito. Os resultados comparativos, na aderência ao iBase, entre os grupos de bacias foram equivalentes, na região estabilizada e em expansão apresentando a porcentagem de 75 e 71% respectivamente.

Tabela 4: Resultados obtidos na pesquisa dos sítios eletrônicos corporativos

UGRHI Critérios Análise Sítios	04	05	08	09	12	13	15	16	18	19	20	Total
Total Unidades Industriais/UGRHI	10	15	8	37	6	21	20	11	7	27	8	170
Manutenção de sítio eletrônico próprio	4	11	7	25	5	13	17	7	3	16	6	114
Nº sítios que apresentam informações sobre RSC	1	8	6	9	2	9	9	4	1	12	4	65

A pesquisa nos sítios institucionais não se limitou às empresas integrantes do programa iBase, e se expandiu à todas as unidades industriais localizadas na região em estudo. O resultado geral, apresentado na Tabela 4, mostra que das 170 unidades industriais que atuam no norte do estado, 67% mantém sítio eletrônico próprio, desse percentual 57% aborda o tema RSC em seu espaço.

Comparando os dados obtidos para as unidades industriais atuantes em cada grupo de bacias, das áreas estabilizadas e em expansão, verificou-se que as últimas obtiveram um melhor resultado tendo em vista a RSC. Aproximadamente 79% das unidades industriais atuantes nesta área mantêm um canal de comunicação através de sítios eletrônicos, e em 62% desses foram divulgadas informações sobre RSC. As unidades industriais localizadas na área

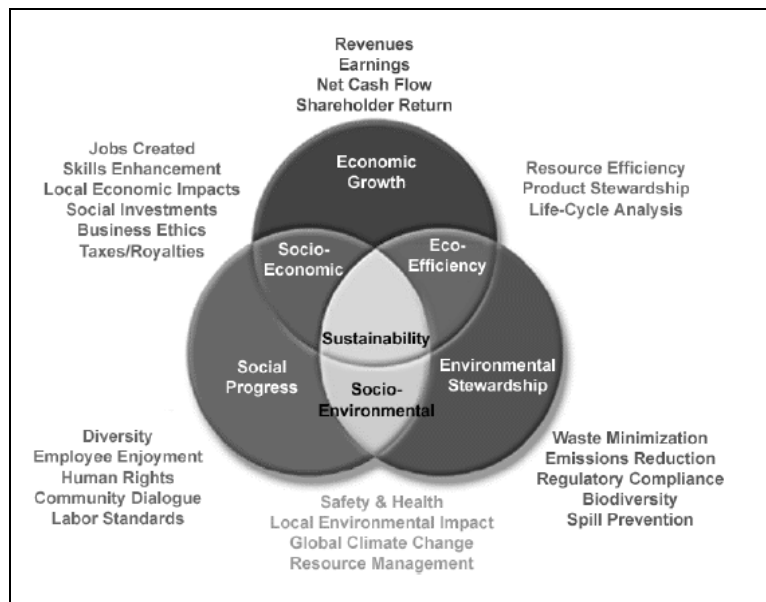
estabilizada, 57% possuem sítio eletrônico próprio e em 51% obtiveram-se dados referentes à RSC.

Foi constatado, pelos resultados da análise, que a maioria das ações as quais as empresas se referem como de responsabilidade social se enquadra no item filantropia, não apresentando claramente um caráter participativo. As informações dos sítios eletrônicos são normalmente genéricas, sem especificar objetivamente o envolvimento da empresa e dos setores interessados nas atividades relatadas.

Analisando de forma integrada os resultados de ambas sistemáticas de estudo, verificou-se uma tendência de maior aproximação aos conceitos de RSC pelas unidades industriais que atuam nas bacias pertencentes à área em expansão do cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento das que compõem a área de cultivo estabilizado, muito embora os dados apurados não sejam conclusivos. Essa verificação pode ser atribuída ao fato de que a expansão do cultivo e o aumento da produção estejam associados às novas oportunidades de negócio, enquanto que a produção das áreas estabilizadas já possui um mercado consolidado.

O desenvolvimento sustentável se caracteriza pela consideração simultânea das dimensões econômica, social e ambiental. Uma forma gráfica de mostrar a interação dessas dimensões, quando consideradas com o mesmo peso, pode-se vista na Figura 2 (BATELLE, 2003). O diâmetro idêntico dos três círculos permite visualizar a região considerada de desenvolvimento sustentável e as de interferência entre as dimensões. O relatório de Balanço Social do iBase, além de ser uma ferramenta que distingue as empresas que estão incorporando a responsabilidade social, possui indicadores quantitativos, em valores monetários (a base de cálculo podem ser a receita líquida, o resultado operacional ou a folha de pagamento bruta), para as três dimensões e parcialmente para as interfases social-ambiental, sócio-econômica e econômico-ambiental. A introdução de indicadores adicionais, ao modelo proposto pelo iBase, permitiria um maior grau de quantificação dos recursos destinados pelas empresas a cada uma das três dimensões, e as suas interfaces.

Figura 2: Conceito de sustentabilidade.



Fonte: BATELLE, 2003.

Conclusões

As indústrias sucroalcooleiras do estado de São Paulo demonstram, a partir de 2001, um processo de expansão nas suas áreas de cultivo de cana-de-açúcar e no número de unidades industriais. O fenômeno se localiza na região norte-noroeste do estado.

A inclusão dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa pelas empresas, ainda é bastante reduzido, como demonstrado pela pouca adesão do setor ao Programa iBase. Porém através da análise dos sítios eletrônicos corporativos é possível identificar uma gradual incorporação de conceitos e comportamentos em direção aos preceitos da RSC.

O estudo comparativo entre as bacias pertencentes às áreas estabilizada e às em expansão, mostra uma maior preocupação destas últimas em demonstrar seu interesse pelo tema através dos relatórios de Balanço Social iBase e de informações prestadas em seus sítios eletrônicos.

Por este estudo foi possível avaliar de forma semi-quantitativa o comprometimento do setor com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Uma melhor análise (quantitativa) do comportamento das empresas para com a responsabilidade social corporativa poderia ser conseguida introduzindo indicadores quantitativos adicionais aos relatórios de balanço social iBase.

Bibliografia

ANP,¹ Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Panorama Atual da Indústria Brasileira de Alcool Combustível: Avaliação do Arcabouço Regulatório da ANP Referente à Movimentação do Produto*. Disponível em:

www.anp.gov.br/doc/petroleo/NotaTecnica_11_2007.pdf. Acesso em: 24/09/2007.

ANP,² Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: http://www.anp.gov.br/doc/alcool/Lista_de_usinas.xls. Acesso em: 24/09/2007.

BATELLE, Americam Petroleum Institute. *Compendium of sustentaibility report practices and trend for the oil and gas industry* – 2003. Disponível em:

<http://www.ipieca.org/activities/reporting/downloads/publications/compendium.pdf>. Acesso em: 10/06/2007.

CANASAT, Mapeamento da Cana Via Imagens de Satélite de Observação da Terra.

Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/mapdsr/tabelas.html>. Acesso em: 02/10/2007

COSTA, C. S.; VISCONTE, G. R.; AZEVEDO, C. B. *Balanço Social e outros aspectos da responsabilidade social*. Relato Setorial n 2. GESET. Mar. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/social02.pdf>. Acesso em: 27/09/2007.

CRAMER, J. *Testing Framework for Sustainable biomass* – 2007.

ERENO, Dinorah. *Alcool de Celulose. Brasil Líder Mundial em Conhecimento e Tecnologia de Cana e Etanol: A contribuição da FAPESP* - São Paulo, pesquisa FAPESP 133 p.29-33, mar.2007.

ETHOS, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. *Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas* - São Paulo, 2003. Disponível em:

http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pd. Acesso em: 05/10/2007.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em:
<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 08/09/2007.

IZIQUE, Claudia. *Tecnologia contra o aquecimento global. Brasil Líder Mundial em Conhecimento e Tecnologia de Cana e Etanol: A contribuição da FAPESP* - São Paulo, pesquisa FAPESP 136 p.34-37, Jun.2007.

MAPA, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em:
http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/USINAS_DESTILARIAS/USINAS_CADASTRADAS/UPS_05_11_2007_0.PDF. Acesso em: 10/11/2007.

SÃO PAULO. Lei Nº 9.034 de 27 de setembro de 1994. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em:
http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/lrh2000/LE/Leis/05_LEI_n_9034_de_27_de_dezembro_de_1994.htm. Acesso em: 12/11/2007.

UNICA, União da Indústria de Cana-de-açúcar, 2007. Disponível em:
http://www.portalunica.com.br/portalunica/files/referencia_estatisticas_producao-brasil-9-Tabela.xls. Acesso em: 12/11/2007.